

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

1

NEGÓCIOS PROCESSUAIS

COORDENADORES

Antonio do Passo Cabral

Pedro Henrique Nogueira

TOMO 2

2020

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Freddie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

N 384 Negócios processuais / coordenadores: Antonio do Passo Cabral, Pedro Henrique Nogueira. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.
592 p. (Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 1 ; coordenador geral, Freddie Didier Jr.)
Tomo 2

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-3052-7.

1. Direito processual. 2. Processo civil – Brasil. 3. Processo civil. França. 4. Processo Civil – Alemanha. 5. Processo civil – Argentina. 6. Ação civil pública. 7. Brasil. Ministério Público. I. Cabral, Antonio do Passo. II. Nogueira, Pedro Henrique. III. Título.

CDD: 347.05

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Parte I

FUNDAMENTOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

Capítulo 1 ► Liberdade, autonomia e convenções processuais21

Rodrigo Ramina de Lucca

1. A natureza pública do Direito Processual	21
2. A simbiose entre publicismo e privatismo.....	22
3. O desenvolvimento de um publicismo autoritário	24
4. Processo e liberdade.....	26
5. Os equívocos do dogma da irrelevância da vontade.....	29
6. As convenções processuais	31
6.1. Pressupostos de existência e validade das convenções processuais.....	33
6.2. Limites às convenções processuais: validade e restrições legais	35
6.3. Controle judicial das convenções processuais.....	41
6.4. A liberdade das partes e a disponibilidade das faculdades e garantias processuais	42
6.5. A regra geral sobre a licitude do objeto das convenções processuais	44
6.6. As questões indisponíveis e de ordem pública	44
6.7. Sobre as convenções envolvendo questões de ordem pública que interessam às próprias partes	45
6.8. A impossibilidade de disposição sobre ônus, faculdades, poderes, deveres e direitos de terceiros	47
6.9. A vinculação do Estado-jurisdição às convenções processuais: limites	47
6.10. A criação de obrigações processuais	48
6.11. As consequências do descumprimento da convenção processual.....	49
6.12. O distrato e a novação da convenção processual	50
6.13. Sobre a proposta de convenção processual.....	50
7. Referências bibliográficas.....	51

Capítulo 2 ► Gestão processual flexível, colaborativa e proporcional: a importância dos negócios processuais para implementação das novas tendências no CPC/2015.....55

Érico Andrade

1. Introdução: as novas tendências da gestão processual.....	55
2. Perspectiva comparada: tendências evolutivas do processo civil europeu permeadas pela gestão processual flexível, proporcional e colaborativa	57
3. Flexibilidade, proporcionalidade e colaboração no CPC/2015: ambiente para gestão processual colaborativa	64
4. A importância dos negócios processuais para as novas perspectivas da gestão processual no CPC/2015	71
5. Breves indicações conclusivas.....	81
Referências bibliográficas	82

Capítulo 3 ► Diálogos entre direito civil e processual civil em matéria de negócios jurídicos: em busca da construção de um ordenamento unitário.....87

Filipe José Medon Affonso

Introdução	87
1. A invalidade dos negócios jurídicos processuais à luz das normas gerais do código civil.....	90
1.1. Negócios Jurídicos: da definição ao regime de invalidades	91
1.2. Negócios Jurídicos Processuais: da definição ao regime de invalidades	96
1.3. Situações peculiares na sobreposição do regramento civil e processual civil	100
2. O princípio do equilíbrio econômico aplicado aos negócios jurídicos processuais e a existência de um dever de renegociar	103
Conclusão	107
Referências	108

Capítulo 4 ► Negócios jurídicos processuais unilaterais?111

Juliana Cordeiro de Faria

Edgard Audomar Marx Neto

1. Introdução.....	111
2. Vontade, ato e negócio	112
3. Negócios unilaterais como categoria autônoma e seu regime jurídico	121
3.1. Negócios unilaterais no Direito Civil: bases para um regime jurídico	121
3.2. Negócios processuais unilaterais e seu papel na relação processual	124
4. Tipicidade dos negócios unilaterais: negócios processuais atípicos?	128
5. Considerações Finais	133
6. Referências bibliográficas.....	134

Capítulo 5 ► O papel do juiz diante das convenções processuais137*Antonio do Passo Cabral*

1. Introdução.....	137
2. Juiz é parte da convenção? A questão da capacidade negocial	138
3. A vinculação do juiz às convenções processuais. O Estado-juiz como aplicador de normas jurídicas válidas.....	141
4. As funções do juiz diante da negociação sobre o processo: incentivo e controle	142
5. A homologação judicial no sistema dos acordos processuais	144
5.1. Desnecessidade de homologação ou deferimento prévios	144
5.2. Hipóteses em que a lei expressamente prevê controle prévio: a homologação como condição de eficácia	146
5.3. Homologação inserida voluntariamente pelas partes como condição do negócio jurídico.....	148
5.4. Homologação requerida pelas partes em ato conjunto para fins de constituir título executivo judicial	149
5.5. Os meios para o juiz de dar cumprimento à convenção e o debate sobre a cognoscibilidade de ofício dos acordos processuais.....	150
6. Conclusão	155
7. Referências	156

Capítulo 6 ► Cessação da relação convencional: um estudo sobre a dissolução do negócio jurídico processual.....159*Fernanda Vogt*

1. Introdução: adequação analítica e terminológica do negócio jurídico processual. Do direito privado ao direito processual.....	159
2. O descumprimento dos acordos obrigacionais e dispositivos	163
3. Inadmissibilidade do exercício do direito incompatível com a convenção processual	167
4. Meios para induzir o cumprimento da convenção processual.....	170
5. Modalidades dissolutórias em espécie e seus efeitos no processo	172
5.1. Distrato ou rescisão bilateral	172
5.2. Resolução do negócio jurídico processual e eficácia ex nunc.....	173
5.3. Revogação unilateral.....	174
5.4. Rescisão: as invalidades do negócio jurídico processual.....	175
5.5. Caducidade: dissolução do negócio jurídico sujeito a termo ou condição.....	176
6. Considerações sobre o equilíbrio do negócio jurídico: compensação de cláusulas processuais e materiais	177
7. Ainda sobre o equilíbrio negocial. A obrigação como processo: processo dentro do processo?	178
8. A vontade por trás dos atos omissivos: “distrato por dupla omissão” e impactos sobre direitos de terceiros	182

9. Conclusão.....	188
10. Bibliografia	190

Capítulo 7 ► Litigation Agreements in Swedish Law.....195

Lotta Maunsbach

1. Introduction.....	195
2. Litigation agreements	198
2.1. General considerations	198
2.2. Different types of litigation agreements	199
3. Right to a court	201
3.1. General considerations	201
3.2. The concept of 'access' to court	202
3.2.1. The concept of 'court' or 'tribunal'	203
3.3. Fair trial	206
3.3.1. General considerations.....	206
3.3.2. Publicity and orality.....	206
3.3.3. Adversarial procedure	208
3.3.4. Legal scrutiny	209
3.3.5. Concluding remarks.....	210
4. Waiving the right to a court.....	210
4.1. In the light of the ECHR.....	210
4.1.1. General prerequisites.....	210
4.1.2. Situations where the tests were all satisfied	213
4.1.3. Timing of the waiver.....	214
4.2. In the light of Swedish procedural law.....	214
5. Litigation agreements in practice – a few examples.....	216
5.1. Dispute-resolution agreements.....	216
5.1.1. General considerations.....	216
5.1.2. Arbitration agreements	217
5.1.3. Other private dispute-resolution mechanisms.....	220
5.1.4. Mediation agreements	221
5.2. Evidentiary agreements	222
5.2.1. Introduction	222
5.2.2. Freedom to adduce evidence	223
5.2.3. Restrictions to the freedom to adduce evidence	224
5.2.4. Integration clauses	227
6. Conclusion	230

Capítulo 8 ► Convenciones procesales en Argentina: introducción a la teoría de los acuerdos procesales233

María Victoria Mosmann

I. Introducción	233
II. Estado actual de la regulación	233
III. Perspectivas de incorporación de los acuerdos procesales en el ordenamiento procesal argentino	236
IV. Anteproyecto de Código Procesal Civil y Comercial de la Nación	236
V. Igualdad y equilibrio de poder en las convenciones procesales, la protección de personas en situación de vulnerabilidad como límite a la autonomía de la voluntad	239
VI. La instrumentalidad de las formas y las convenciones procesales. La vulnerabilidad como límite a la validez del acuerdo	240
VII. Acuerdos Procesales Típicos en el texto del Anteproyecto	245
VIII. A modo de conclusión	246

Capítulo 9 ► Convenções processuais no direito processual civil peruano: diagnóstico e proposta247

Renzo Cavani

1. Introdução	247
2. Diagnóstico: as convenções processuais no processo civil peruano	249
2.1. O CPC-93 entre ideologia e dogmática	249
2.2. O artigo IX do Título Preliminar: impossibilidade de negociação processual atípica? ..	256
2.3. Os negócios jurídicos processuais típicos no CPC-93 (com especial ênfase nas convenções processuais)	259
3. Proposta: qual caminho adotar? O Projeto de Reforma do CPC-93 (PRCPC)	262
4. Conclusões	267
5. Referências bibliográficas	268

Capítulo 10 ► Negociabilidade de prerrogativas processuais da Fazenda Pública: tentativa de sistematização273

Lorena Miranda Santos Barreiros

Introdução	274
1. Breve análise das prerrogativas processuais da fazenda pública sob a ótica dos fundamentos lastreadores de seu estabelecimento	275
2. Negociabilidade das prerrogativas processuais relacionadas ao regime jurídico de direito material a que se sujeitam as pessoas jurídicas de direito público ou à própria natureza dessas	278
3. Negociabilidade das prerrogativas processuais da fazenda pública relacionadas ao funcionamento da estrutura administrativa	283
Conclusão	287
Referências	289

Parte II**NEGÓCIOS PROCESSUAIS EM ESPÉCIE****Capítulo 11 ► Convenções processuais sobre a competência: análise da cláusula de eleição de foro293***Guilherme Kronenberg Hartmann*

Considerações iniciais.....	293
1. Regras de competência de natureza absoluta ou relativa	294
2. Modificação de competência.....	296
3. Foro de eleição.....	297
4. Foro internacional de eleição	299
5. Abusividade do foro de eleição e seu controle	301
6. Foro de eleição e o processo de execução.....	305
Conclusão	306
Bibliografia	307

Capítulo 12 ► Convenções processuais sobre a mediação e o mediador 309*Trícia Navarro Xavier Cabral*

1. A liberdade processual no CPC/15.....	309
2. Conciliação e mediação no CPC/15.....	312
3. Liberdade processual no contexto da conciliação e da mediação	316
4. Considerações finais.....	324
5. Referências bibliográficas.....	325

Capítulo 13 ► Ensaio sobre a classificação das convenções probatórias327*Tatiana Machado Alves*

1. Introdução.....	327
2. Classificação segundo o momento da celebração: convenções prévias e incidentais.....	328
3. Classificação segundo o objeto: convenções sobre o procedimento e sobre as situações jurídicas processuais.....	330
4. Classificação segundo os efeitos: convenções com eficácia dispositiva e com eficácia obrigacional	333
5. Classificação segundo o conteúdo	336
6. Referências bibliográficas.....	337

Capítulo 14 ► As presunções como objeto de negócios jurídicos processuais339*Lara Dourado Mapurunga Pereira*

Introdução	339
------------------	-----

1. Conceito e classificações das presunções	342
2. Negócios probatórios	346
3. Presunções convencionais.....	351
Considerações finais	357
Referências bibliográficas	358

Capítulo 15 ► Convenções processuais em matéria probatória e poderes instrutórios do juiz363

Behlva Maffessoni

1. Introdução.....	363
2. Breves linhas sobre a valorização da autonomia privada no processo civil	364
3. Alguns limites aplicáveis às convenções processuais probatórias	368
4. Convenções processuais probatórias e os poderes instrutórios de ofício do juiz	373
4.1. Argumentos que sinalizam para a preponderância de convenção probatória em face dos poderes instrutórios do juiz	376
4.1.1. Primeiras balizas interpretativas em favor das convenções em matéria probatória que limitam os poderes instrutórios.....	376
4.1.2. Possibilidade de renúncia ao bem litigioso como argumento à prevalência da convenção processual probatória	378
4.1.3. Apontamentos sobre o ônus da prova	379
4.2. Pretensos óbices às convenções processuais probatórias que limitam a atuação do magistrado na produção de prova de ofício.....	382
4.2.1. Natureza de direito público do processo e a existência de interesses públicos atrelados à solução do conflito.....	382
4.2.2. Suposto óbice à interferência das partes nos poderes instrutórios do juiz.....	384
4.2.3. A busca pela verdade como suposto óbice à preponderância das convenções processuais.....	386
5. Considerações finais.....	388
Referências.....	390

Capítulo 16 ► Convenção processual mitigatória de preclusão 395

Anissara Toscan

Introdução	395
1. O direito processual entre o publicismo e o privatismo.....	395
2. A reconstitucionalização pós-Guerras e o resgate da autonomia privada no processo	398
3. Cooperação processual como princípio de liberdade das partes no processo.....	400

4. Convenções processuais atípicas como expressão do modelo cooperativo	403
5. Convenções processuais atípicas no CPC/15: aspectos gerais	406
6. Limites à convencionalidade processual atípica.....	413
7. Convenção processual atípica como instrumento de mitigação de preclusões	415
7.1. Breves parênteses: convenções (típicas e atípicas) mitigatórias da estabilidade da demanda e da defesa	417
8. Alicerces da tese e a insubsistência dos argumentos de resistência	419
9. O papel de controle do juiz e limites específicos à convencionalidade das preclusões	422
Considerações finais	424
Referências.....	424

Capítulo 17 ► Recursos e convenções processuais: entre efetividade e garantias processuais

Tiago A. Leite Retes

1. Introdução.....	429
2. Recursos e as convenções processuais	430
3. Limites na sistemática recursal	433
3.1. Irrecorribilidade decisória	433
3.2. Efeito suspensivo da apelação contra sentença (ou suspensão da eficácia imediata da sentença)	439
3.3. Depósito recursal e negócios jurídicos processuais sobre pressupostos de admissibilidade	444
4. Conclusão	449
Referências.....	449

Capítulo 18 ► Accordi processuali e contenzioso sul «diritto di famiglia» dell'Unione europea.....

Silvana Dalla Bontà

Capítulo 19 ► Party autonomy in domestic and cross-border enforcement proceedings

Wolfgang Hau

I. Introduction.....	479
II. Subject-matter of enforcement agreements	481
1. Enforcement procedure	481
2. Enforceability.....	483
3. The claim	484
III. Parties to enforcement agreements.....	485

1. Creditor and debtor.....	485
2. Enforcement authorities.....	487
3. Third parties.....	487
IV. Objectives of enforcement agreements.....	488
1. Restricting enforcement.....	488
2. Extending enforcement.....	489
V. Factors relevant for the validity of enforcement agreements.....	489
1. Mode of the agreement.....	489
2. Parties to the agreement.....	490
3. Effect of the agreement.....	490
4. Timing of the agreement.....	491
VI. Enforcing enforcement agreements.....	491
VII. The international dimension.....	492
VIII. Conclusions.....	493

Capítulo 20 ► Alienação (judicial ou extrajudicial) de bem por sociedade diferente da credora que compõe grupo societário: um bom exemplo de negócio jurídico executivo sobre legitimidade..... 495

Fredie Didier Júnior

Lucas Buril de Macêdo

1. Introdução: uma situação prática que merece cuidado teórico.....	496
2. Exame da alienação judicial no CPC/2015.....	497
2.1. Considerações teóricas sobre a alienação judicial.....	497
2.2. Características da alienação por iniciativa particular.....	499
2.3. Enquadramento legal da alienação efetivada por sociedade componente do grupo societário da exequente.....	503
2.4. Atuação de outra sociedade do mesmo grupo de sociedades na condução da alienação judicial como alienação judicial promovida pelo exequente.....	506
3. Riscos jurídicos processuais da alienação por iniciativa particular por sociedade diversa e medidas para sua atenuação.....	510
3.1. Oposição do devedor.....	510
3.2. Convenção processual nos contratos para fixar a técnica processual adequada para a alienação do bem.....	513
3.2.1. Cabimento e validade da convenção para eleição da técnica executiva adequada em alienação fiduciária.....	513
3.2.2. Cláusula de eleição do meio executivo adequado: definição da empresa alienante e das condições da alienação.....	516
4. Alienação extrajudicial no caso de busca e apreensão (art. 2º do Decreto-Lei nº 911/1969).....	517
5. Conclusões.....	520
Referências.....	521

Capítulo 21 ► Negócios processuais no processo executivo brasileiro525*Pedro Henrique Nogueira*

1. Introdução.....	525
2. Fundamentos para a negociação da execução no direito brasileiro.....	525
2.1. A norma fundamental do respeito ao autorregramento da vontade no processo	526
2.2. A cláusula geral de atipicidade na negociação processual	528
2.3. O regime de disponibilidade da execução forçada no Brasil.....	531
3. Casuística	532
3.1. Acordos processuais para conferir maior eficiência à execução	533
3.1.1. Acordos com renúncia ou restrições ao benefício da impenhorabilidade.....	533
3.1.2. Acordos de procedimento para gestão eficiente da execução	534
3.2. Acordos processuais para conferir maior proteção ao executado	535
3.2.1. Acordos para ampliação das hipóteses de impenhorabilidade	536
3.2.2. Acordos para evitar determinadas constrições judiciais	536
3.2.3. Acordos para afastar a prisão civil e outras medidas coercitivas	537
4. Conclusão	538
5. Referências.....	539

Capítulo 22 ► Negócios jurídicos processuais: mecanismo apto à atribuição de exequibilidade a um título 541*Estefania Côrtes*

1. Introdução: o advento dos negócios jurídicos processuais	541
2. Noções dos negócios jurídicos processuais: definição, enquadramento estrutural e funcional, tipificação e cláusula de atipicidade negocial	542
3. O âmbito favorável da Ação Executiva para a prática de negócios processuais	546
4. Caráter disponível e patrimonial da execução.....	549
5. A natureza e função dos títulos executivos	551
6. Os requisitos meramente formais da enumeração legal dos títulos extrajudiciais.....	555
7. Inexistência de limitação negocial em razão do princípio da Reserva Legal	559
8. Conclusão	565
9. Bibliografia	565

Capítulo 23 ► Negócios jurídicos processuais na execução fiscal..... 569*Juliana Melazzi Andrade*

1. Introdução.....	569
2. A necessidade de aprimoramento do processo de recuperação do crédito tributário.....	570

3. A celebração de negócios jurídicos processuais pela Fazenda e a tese da indisponibilidade do interesse público	572
4. Utilização dos negócios jurídicos processuais na execução fiscal	579
4.1. Algumas sugestões de negócios jurídicos processuais atípicos	580
5. Conclusão.....	584
6. Referências	585